

Júlia Rodrigues
Elisabete Silva

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 24/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO

Presidente:	- <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i>
Vereadores Presentes:	- <i>Rui Fernando Moreira Magalhães</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Manuel Carlos Pereira Rodrigues</i> - <i>José Miguel Romão Cunha</i>
Secretariou:	- <i>Elisabete Mota Gomes Silva</i> Chefe da Divisão de Administração Geral (Reg. Subs.)
Ata da Reunião Extraordinária de 31 de outubro	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo.
Ata da Reunião de 08 de novembro	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo.
Hora de Abertura:	- 15.00 Horas
Local da Reunião:	- Sala Sarmento Pimentel – Biblioteca Municipal

Antes da Ordem do Dia

Regimento.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Boa tarde a todos, sem exceção. Cumprimento a Senhora Presidente, os Senhores Vereadores, *Carla Assis*, *Patrícia Gueirês* e também a Dr.ª *Elisabete Silva*.

Em relação à nossa intervenção, como é habitual, abordaremos algumas questões no período de Antes da Ordem do Dia e faremos alguns comentários relativamente ao Ponto 03/OA - Proposta de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários no Município de Mirandela – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

Eventualmente, ao longo da Sessão, dado serem 15 Pontos, poderemos fazer alguns comentários, que entendamos que se justifique.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Boa tarde a todos. Cumprimento os Senhores Vereadores, a Dr.ª *Elisabete Silva*, bem-vinda às Reuniões da Câmara Municipal. Esta substituição deve-se à impossibilidade da Dr.ª *Esmeralda* estar presente, por esta se encontrar doente. Cumprimento também a *Carla Assis* e a *Patrícia Gueirês*. Obrigada pela vossa presença e agradeço, desde já, as questões colocadas pelo Senhor Vereador.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ponta da Pedra.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Quando na reunião anterior coloquei à Senhora Presidente a questão do painel interpretativo da Ponte da Pedra, fiquei com a forte sensação de que pensou estar a referir-me à Ponte Romana de São Sebastião, que de romana nada tem, infelizmente.

“À Ponte da Pedra o que é da Ponte da Pedra”. De acordo com o portal temático «Visit Mirandela», ela localiza-se na Freguesia de Torre de Dona Chama, a cerca de 2 km para Noroeste da Vila, fazendo a travessia sobre o Rio Tuela. Cronologicamente o IGESPAR refere ter sido construída no período romano, propriamente no século III. Nesta ponte passaria a Via XVII Augusta, que ligava Bracara Augusta (Braga) a Asturica (Astorga). Esta ponte é das poucas em Portugal que mantém a sua identidade romana e foi classificada como Monumento Nacional no ano de 1982.

Como disse, a Ponte de São Sebastião é conhecida como uma Ponte Romana, porque quando as pessoas não sabem a origem dos monumentos costumavam dizer que “era do tempo dos Romanos”. Em 2002 quando assumi a Presidência da Junta de Freguesia de Mirandela enviei um pedido de esclarecimento ao IPPAR sobre a origem da Ponte, o que veio depois a merecer uma peça

jornalística da RTQ 1. Técnicos do IPPAR estiveram em Mirandela a verificar a Ponte de São Sebastião e emitiram um parecer técnico que afasta por completo a sua proveniência romana por várias razões: não consta que em Mirandela passasse alguma via romana, os romanos não utilizavam na construção das pontes os jogos e, por fim, a ponte tem uma largura muito estreita e insuficiente para a passagem dos típicos carros dos romanos. Quanto muito poderá ser da Idade Média tardia, mas sem certezas.

Essa ponte, assim como a Ponte da Pedra, estão descritas nas excelentes obras do Padre Ernesto de Sales que, não tendo uma opinião muito lisonjeira dos Mirandelenses, escreveu como ninguém sobre Mirandela e a sua história, devendo ser organizados eventos que o valorizem ainda mais, o que infelizmente não tem acontecido.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Na anterior Reunião pensei que se estava a referir à ponte ao lado da Ecoteca, mas depois, em conversa, percebi que se referia à Ponte da Pedra da Torre de Dona Chama. Esta ponte está desde 1982, classificada como Monumento Nacional, sendo que estamos a trabalhar para a sua identificação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Futura Utilização do Edifício da Antiga Cadeia Velha.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Se tudo decorrer dentro da normalidade as equipas que ocupam o Edifício da Cadeia Velha da Direção Geral de Reinserção dos Serviços Prisionais, do Ministério da Justiça, estarão alojadas em novas instalações no Edifício da Central cedidas pela Câmara Municipal de Mirandela em regime de comodato. A partir de janeiro de 2019, estarão livres para outra utilização. Admitimos que já terão pensado na sua disponibilização para outros efeitos, mas isso não nos coíbe de apresentar as nossas sugestões e rogamos que nesse espaço não sejam instalados serviços técnicos Municipais e que desta vez aí assentem valências ligadas à história, à arqueologia ou à cultura, tipo Núcleo da História de Mirandela “Padre *Ernesto de Sales*” ou outra designação e afetação similares.

Seria interessante como recurso turístico e de reforço da identidade e da memória histórica de Mirandela e existe material arqueológico, histórico e fotográfico suficiente para aí criar um núcleo de interesse e validade e mais um ponto de interesse turístico e cultural, podendo as obras do referido Padre Ernesto de Sales constituir a base da intervenção.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente ao Edifício da Central, as obras estão a decorrer, estão bastante adiantadas, sendo que estão praticamente prontas.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Falta o telhado, que está atrasado, não é?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sim, está um pouco, mas a informação que me tem chegado é que os Serviços Técnicos irão ficar melhor alojados, bem como todos os colaboradores...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não é para a interromper, mas só por curiosidade, os andaimes que estão lá a colocar é para pintar o edifício todo?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sim.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Muito bem. Achei curioso e acho excelente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: As obras estão a ser feitas por todos e para todos aqueles que usam o espaço.

A Reinserção Social, inclusivamente um conterrâneo nosso, tem sido um forte apoio para estas novas instalações. As instalações onde estão não têm as mínimas condições para albergar a quantidade de colaboradores que tem e realmente, o Município de Mirandela tem muito interesse em fixar e até em aumentar o número de colaboradores dos Serviços Públicos que aqui estão sedeados.

Temos alguns Serviços Públicos que vieram no nosso Mandato e outros que já existiam cá. Temos também os GIPS, ficamos muito satisfeitos com a visita do Senhor Secretário de Estado, sendo que o Senhor Comandante referiu que estavam muito bem instalados, que era o sítio onde tinham melhores instalações e onde houve uma excelente integração com a comunidade local.

É bom que as pessoas se sintam bem, que os Serviços Públicos tenham boas instalações e que, se possível, até se aumente o número de colaboradores, porque isso é o “garante” de população que fica e trabalha em Mirandela, criando as suas famílias.

Relativamente ao Edifício da Cadeia Velha que vai ser disponibilizado, como imaginam, enquanto a Reinserção Social esteve lá, não foi feito nenhum levantamento e ainda não está previsto o destino a dar ao edifício. Posso-vos dizer, como já disse em Reuniões anteriores, julgo eu, que existe a vontade de alguns serviços se instalarem em Mirandela, no entanto, temos que tentar adaptar o melhor possível as instalações ao serviço e ao número de colaboradores. Temos algumas Associações, temos também um pedido da Universidade Sénior, sendo muitos os pedidos que nos têm chegado. Estamos agora e até ao final do ano, a fazer um levantamento de todos os pedidos, para depois compatibilizar as necessidades das Organizações com as disponibilidades da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Caminho entre Valbom dos Figs e Vale Pereiro.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Em fevereiro de 2017, o Partido Socialista publicou no seu *Facebook* a situação deplorável em que se encontrava o caminho entre Valbom dos Figos e Vale Pereiro. Afirmou na altura que era uma luta de muitos anos e de promessas e mais promessas por cumprir.

Perguntamos:

- Assim continua até hoje? Ou vamos ter de somar mais anos de promessas e mais promessas?”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Vale Pereiro tem dois acessos: um por Valbom dos Figos e outro por Carvalhais, sendo que nenhum dos acessos está em condições. A estrada mais utilizada, penso que, será a estrada de Carvalhais, porque está mais perto da Sede do Concelho. Aquilo que temos planeado já em 2019 é a qualificação do acesso a Vale Pereiro por Carvalhais.

A estrada entre Valbom dos Figos e Vale Pereiro está sinalizada, sendo que teremos que avaliar o custo desta estrada, com a subida à Senhora do Viso. Isto faz parte dos nossos planos, mas para já e porque é uma obra mais pequena, vamos fazer já em 2019, obras na estrada entre Carvalhais e Vale Pereiro, porque é uma estrada Municipal e tem que ser realizada com verbas do Município. Assim, ficarão com um bom acesso e entretanto, avaliaremos o outro acesso.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Regulamento Orgânico do Município de Mirandela.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Reputamos a leitura, a monitorização e a revisão regular dos regulamentos Municipais como fundamental, quando mais não seja para os adequar às alterações legais ou à natural evolução da realidade. Infelizmente são raros os municípios que executam essa tarefa. Idêntico procedimento deve ser adotado em relação a protocolos, acordos, contratos ou convénios celebrados com outros municípios ou outras entidades. Caso contrário, não passarão de letra morta que só descredibilizam quem os celebra e quem os aprova.

O atual Regulamento Orgânico foi aprovado na reunião da Câmara Municipal de Mirandela no dia 19 de fevereiro de 2018, e a sua leitura relativamente cuidada permite levantar as seguintes questões:

- Esse regulamento prevê a existência de um Serviço de Reabilitação do Centro Histórico. Na prática como está a funcionar esse serviço? Que ações tem desenvolvido? Quem o compõe atualmente?
- O que tem sido realizado para conservar e manter a Rede Viária Municipal?
- Como está a ser feito presentemente o controlo da assiduidade dos colaboradores? E as ações de medicina, higiene e segurança no trabalho?
- O que tem sido realizado pelo Serviço de Turismo no desenvolvimento de atividades de promoção turística e de valorização dos produtos e recursos turísticos de Mirandela?
- O regulamento previu também a existência de um Gabinete de Comunicação e Relações Públicas que, de certa forma, substituiu o GACIP que teve sempre um excelente desempenho. Perguntamos:
 - Onde funciona fisicamente? Em que instalações?
 - Quem o compõe, para além do jornalista *Hugo Reis*?
 - Dele faz parte a conhecida Jornalista *Cátia Barreira* que tem sido vista em vários eventos da Câmara Municipal de Mirandela a tirar fotografias, incluindo as Sessões da Assembleia Municipal de Mirandela, e que pertence ou pertencia a uma das empresas a quem a Câmara Municipal de Mirandela enviou convite no processo de adjudicação de serviços na área da comunicação em regime de contrato de avença?
 - Que relação contratual tem ela com a Câmara Municipal de Mirandela, se é que a tem?
 - Esse Gabinete está a trabalhar com base num Plano de Comunicação previsto no Regulamento Orgânico?
 - É esse gabinete responsável pela atualização do portal do Município de Mirandela ou limita-se apenas a tirar fotografias, a elaborar a *newsletter* e a elaborar cartazes de eventos?
 - Se sim, como se justifica o estado atual do portal a carecer urgentemente de uma limpeza e de uma atualização, o que demonstraremos em breve?
- O Serviço de Informática e Telecomunicações definiu para neste mandato um Plano Estratégico de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação, como lhe competia nos termos do Regulamento? Elaborou um Plano de Contingência dos Sistemas de Informação?”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Dentro do Regulamento Orgânico, julgo que só colocou a questão do Serviço de Reabilitação do centro Histórico e do Gabinete de Comunicação, porque em relação à assiduidade, à conservação e manutenção da rede viária, Turismo e recursos turísticos são questões autónomas, julgo eu, e que não têm forçosamente a ver com o Regulamento Orgânico.

Relativamente ao Serviço de Reabilitação do Centro Histórico, como vocês sabem, temos na Câmara Municipal alguns Arquitetos, alguns na execução de projetos e recentemente voltou o Arquiteto *Henrique*, felizmente, mas temos muito trabalho quer no âmbito do licenciamento, quer no âmbito das obras públicas.

Temos feito algumas ações relativamente à divulgação do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - IFRRU e o Serviço, em si, da Reabilitação do Centro Histórico é uma mais-valia, no entanto, temos que pensar que o Centro Histórico, o Centro Antigo da Cidade, como falamos na Reunião anterior, está com muitos problemas de qualificação, uma vez que

temos muitas casas em ruína. Ainda há duas semanas fizemos a demolição parcial de uma casa, pois estava em ruína, apresentando perigo.

Verifica-se que é muito difícil entusiasmar os proprietários privados a investir para que os imóveis sejam reabilitados. Existem algumas ideias, algumas das quais transmitidas através de alguns colaboradores e Dirigentes da nossa Câmara Municipal, mas que envolvem algum investimento público e também a transparência dos processos relativamente à requalificação do património.

Relativamente à conservação e manutenção da Rede Viária Municipal, temos implementado e executado todas as manutenções necessárias, daquelas que são identificadas. Como já estava previsto, mantivemos o acesso rodoviário/estrada rodoviária ao Navalho com a ligação ao Carvalhal, sendo que pontualmente temos realizado as manutenções necessárias. Existe, então, para o ano de 2019/2020, um forte investimento na Rede Viária Municipal.

Posso também dizer que existem contactos com uma empresa que trabalha para a Infraestruturas de Portugal - IP, no sentido de realizarmos uma avaliação de todas as pontes do concelho, uma vez que existem muitas, que há mais de 30 anos não são vistoriadas, desde que as pontes passaram para a jurisdição dos Municípios. Já há bastante tempo que estamos em contacto com a IP e com a empresa, para que se possa fazer essa avaliação, antes mesmo de as tragédias existirem, que todos lamentamos.

No que diz respeito à Assiduidade e aos horários de trabalho, julgo que também era a isso que se queria referir...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Sim, sim.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Temos um Plano para 2019, que tem a ver com o horário flexível para todos os colaboradores. A Divisão de Administração Geral está a tratar dessa situação, bem como o Senhor Vereador *José Cunha*, de modo a que o nosso Sistema de Controlo de Assiduidade ou a Plataforma Informática poder criar uma Bolsa de Horas semanal, no sentido de que os colaboradores possam ter uma plataforma fixa, se não me engano, das 10h às 12h e das 14h às 16h, sendo que o resto são plataformas móveis...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Isso tem a ver com o Banco de Horas?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: É uma Bolsa de Horas, em que existindo a necessidade de fazer algum tipo de situação, poderão ter essa vantagem e têm também, sem qualquer tipo de penalização, as horas disponíveis para conviver com os colegas fora do local de trabalho. Isso é fundamental, criando até situações mais justas para alguns, porque será mais fácil o ajustamento da vida pessoal com a vida profissional, não havendo lugar a críticas em relação aos colaboradores, quando estão no café ou em algum lugar de convívio em horas de trabalho.

Isso é compreensível, é uma forma da Câmara Municipal se resguardar de algum tipo de situações, pois como vocês sabem e não é de agora, isso acontece de forma mais ou menos frequente em relação a algumas situações, sendo que assim se ficará com essa questão completamente resolvida. Cada um será responsável pelas horas livres e pelas horas em que estarão a trabalhar.

Há mais liberdade, mas também há mais responsabilidade no controlo desta assiduidade, em que cada um gere o tempo de acordo com as suas necessidades, apesar de sabermos que estas plataformas fixas, que são obrigatórias dentro dos horários flexíveis, têm que ser ajustadas para todos os colaboradores, porque há um mínimo de horas reconhecido.

Em relação ao Turismo e aos recursos turísticos, ainda está muito por fazer, é verdade. Mirandela sob o ponto de vista Turístico é uma “pérola ainda por dar a conhecer”, por isso, há muito trabalho a fazer a nível desta área. Têm sido feitos alguns eventos, algumas presenças em Feiras Nacionais e Internacionais, Europeias essencialmente, mas ainda há muito por fazer no âmbito do Turismo. Estamos em crer que no próximo ano haja grandes novidades, até porque havendo a mobilidade do Tua, Mirandela tem que se prepara para ter rotas, percursos turísticos e dar resposta aos nossos visitantes.

Relativamente ao Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, não temos o Gabinete de Comunicação, Imagem e Protocolo - GACIP da forma como estava implementado. Realizamos um Contrato de Avença com Caderno de Encargos, que está disponível na Plataforma. Não entendo qual é a dúvida em relação ao Plano de Comunicação, pois tudo aquilo que está na avença está no Caderno de Encargo que é suportado, estando no contrato. Pode-se enviar...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Eu tenho o Caderno de Encargos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: No Caderno de Encargos, está aquilo que é suportado pelo Município. Sugiro que faça uma consulta ao Caderno de Encargos...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Lá não diz que a *Cátia* trabalha para a Câmara, por exemplo.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não vou falar em nomes. Quando se faz um Contrato de Avença esse contrato é efetuado com uma empresa, sendo que essa empresa pode ou não contratar os colaboradores que entender, a Câmara Municipal não faz esse acompanhamento. De qualquer forma, o Contrato de Avença é com uma empresa e dentro dessa empresa podem existir vários colaboradores...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: É só uma questão de clarificar. Significa que essa colaboradora trabalha para a empresa do *Hugo Reis*. É tão simples quanto isso, era só para saber...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Nós temos um contrato com uma empresa...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não tem uma relação contratual com a Câmara...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não, claro que não. Quando o anterior Executivo contratava uma empresa, por exemplo, para gerir um espetáculo, não era só o *Moreno* que o fazia, trazia uma série de colaboradores...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Perfeitamente, já percebi.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não vejo qualquer tipo de incompatibilidade...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não há incompatibilidade. Vejo-a em muitos eventos e achei curioso saber se ela tem uma relação contratual direta com a Câmara ou se estava ao serviço da empresa...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Em relação ao estado do portal, já devem ter percebido que o colaborador *Luís Barros* saiu, pois teve uma oferta de trabalho melhor. Tem sido feito um esforço, em conjunto com a Senhora Vice-Presidente *Vera Preto*, no sentido de atualizar o portal, mas muito há a fazer relativamente a esta questão, contudo, vamos estar ainda mais empenhados na atualização do portal...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Já fiz a avaliação, posteriormente partilharei convosco.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: O portal está numa base da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e essa base não é muito versátil, ou seja, todos nós estamos muito limitados àquilo que a base tem. Isto já não é de agora, já existia no anterior Executivo, sendo que estamos muito limitados a nível de alterações.

Temos feito solicitações para que se possa agilizar algum tipo de alterações, que nós gostaríamos de ter no nosso *site*, mas estamos a acompanhar essa situação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Realização de Auditoria Interna.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Tivemos conhecimento da realização recente de uma auditoria interna realizada por técnicos da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, no âmbito do processo de certificação da qualidade. Sabemos também, no âmbito desse processo, foram realizados inquéritos de satisfação aos Municípios, aos colaboradores e às partes interessadas.

- Quais foram os resultados desses inquéritos de satisfação? Foram melhores ou piores do que os resultados de 2017, que o Partido Socialista tanto enfatizou no que respeita aos colaboradores?

No exercício do Estatuto do Direito de Oposição, vimos solicitar a entrega em suporte papel ou via *e-mail* dos resultados desses inquéritos de satisfação, em nome também do Princípio da Transparência, no prazo máximo de dez dias úteis, previsto no CPA.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A Auditoria Interna foi realizada por Técnicos de outras Câmaras, acompanhados por uma Técnica da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

Em relação aos resultados da Auditoria Interna, tivemos três Não Conformidades e tivemos algumas Oportunidades de Melhoria, sendo que esse relatório está a ser acompanhado pela equipa da Qualidade. Algumas das situações foram resolvidas no momento em que foram detetadas e aquando da Reunião de Encerramento da Auditoria, verificou-se que algumas dessas situações detetadas estavam já resolvidas.

Houve três tipos de questionários...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Houve um que entretanto surgiu - Partes Interessadas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sim, isto porque a Norma...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: A ISO 9001.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sim, foi alterada, existindo uma requalificação. Agora é mais baseada no risco, na avaliação das partes interessadas, de todos aqueles que lidam com o Município.

Como estava a dizer, houve três inquéritos: Aos Colaboradores, aos Locais de Atendimento e às Partes Interessadas.

Relativamente aos colaboradores, tivemos menos respostas que em 2017. Os resultados não são animadores, não conseguindo classificar se são melhores ou piores do que em 2017. Aquilo que sei é que em 2017, não eram animadores e agora também não são. Estes questionários levantam alguns problemas, pois em primeiro lugar, não sabemos se é a nível dos colaboradores operacionais ou dos colaboradores internos, digamos assim, uma vez que sendo anónimos não sabemos a qual serviço pertencem.

Já reunimos com os Chefes de Divisão para se tomarem algumas medidas em relação esta situação, isto porque quando temos um resultado, o mesmo tem um impacto na nossa atuação. Neste caso, quando se tem um resultado mau, tem de se tomar medidas e têm que ser implementadas com as pessoas que estão próximas dos colaboradores para se tentar perceber onde está o problema. Cada colaborador tem as suas necessidades e as suas expectativas em relação ao serviço, pois muitas vezes o mal-estar também vem da relação que se tem entre colegas e da relação com as Chefias mais próximas, não tirando a responsabilidade do Executivo e dos Dirigentes do Município, na gestão dos Recursos Humanos que é fundamental.

Esta é uma das situações que me preocupa, referi isso na Reunião com os Dirigentes, pois sei muito bem que nenhuma instituição tem sucesso se não tiver colaboradores motivados. Há várias formas de motivar colaboradores e às vezes não é só o dinheiro, às vezes é também a forma como as situações se desenrolam e o ambiente de trabalho que é fundamental.

A perceção que tenho é que, relativamente a alguns colaboradores, existe um mal-estar fruto da reorganização administrativa e de algumas situações que aconteceram. Não tenho dúvidas de que os resultados, em relação ao ano passado, foram influenciados por

isso, até porque temos um colaborador nosso que já tem dois processos em Tribunal e tenho a certeza que houve muitos colaboradores que fizeram essa avaliação negativa. Esta situação é uma oportunidade para melhorar e ainda bem que é assim...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: É agora como era antigamente. Essa ótica é igual, como era no ano passado e há dois anos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não sei quais foram as medidas tomadas na altura ou se foram tomadas algumas, mas relativamente a nós, estamos juntamente com os Dirigentes do Município a fazer uma avaliação caso a caso, de todas as situações.

Quanto ao envio dos resultados, os mesmos vão ser publicados.

Preocupa-me mais a produtividade dos nossos colaboradores, do que sob o ponto de vista político, pois a produtividade é muito importante e como o Senhor Vereador *Rui Magalhães* disse e bem, eu concordo, os colaboradores trabalham para o Município, não trabalham para o Presidente A, para o Presidente B ou para o Presidente C, não é essa a questão.

Eu sempre disse que na Administração Central, não se notava tanto o Executivo e os Partidos na questão da Gestão Pública, mas numa Câmara Municipal é natural que existam estas situações. Como durante muitos anos, houve uma força partidária a liderar o Município é óbvio que os primeiros meses e até os primeiros anos, não serão fáceis na gestão das situações instaladas.

Relativamente aos Municípios, os resultados são bastante bons...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Já eram em 2017, isso é muito relativo.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Em relação às Partes Interessadas, os resultados também são bastante bons.

Esses processos vão estar disponibilizados na plataforma até ao final desta semana ou durante a próxima semana.

No que diz respeito às medidas que vamos tomar, não vejo problema nenhum em daqui a algum tempo fazermos essa avaliação, de acordo com os Dirigentes da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Rede Portuguesa de Autarquias Participativas (RAP).

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “O Município de Mirandela é um dos 53 Municípios que aderiu à Rede Portuguesa de Autarquias Participativas.

Como tem sido o envolvimento do Município de Mirandela nessa Rede, no presente Mandato?”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Curiosamente existe agora um concurso sobre as Autarquias Participativas. Já enviei para os Serviços e para a Senhora Vice-Presidente a situação de podermos participar de alguma forma, se houver oportunidade para isso.

Como sabem, temos associações, redes, eixos e muitas organizações onde participamos. Às vezes existe alguma dificuldade em ter um papel ativo em todas elas, pois temos que estar presentes em Reuniões e intervenções, porque hoje em dia uma Autarquia tem um exterior e papel mais ativo, do que tinha há muitos anos atrás. Estamos cada vez mais integrados em comunidades intermunicipais, associações, em redes nacionais e das Autarquias inovadoras, ou seja, temos muitas Redes Portuguesas de Autarquias dos vários níveis.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Algumas da Associação de Municípios.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sim, algumas sim. Isso é um trabalho que dispersa as situações e eu julgo que temos de nos focalizar nas nossas participações e naquilo que somos realmente bons, como a gastronomias, os produtos regionais, a alheira, o azeite, tudo aquilo que temos aqui, mas por outro lado, no nosso Polo do Instituto de Bragança, no sentido de termos as tecnologias que aqui estão presentes, no âmbito dos jogos digitais e também a Escola Agrícola, que é fundamental.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Balanço do Primeiro Ano.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Este último tema tem a ver com um documento que vocês deram a conhecer, da Presidência, que se chama “Um Ano de Trabalho”. Tanto quanto sei, também foi dado a conhecer, pelo menos, aos Presidentes de Junta de Freguesia, não tenho conhecimento se aos Vereadores Municipais também, mas eu tive acesso, obviamente na qualidade de Vereador, a este documento que como seria expectável, iria merecer da nossa parte alguns comentários. A Política faz-se destas coisas e é normal, sem prejuízo de reconhecer que nem tudo está mal. Com certeza que existem iniciativas válidas e positivas que vocês têm desenvolvido e que nós louvamos.

“Foi-nos enviado um documento intitulado «Um Ano de Trabalho», iniciativa que sufragamos, mas que deveria ter sido mais rigorosa e mais transparente.

Na mensagem enviada podia ler-se: «*Após um ano de governação municipal, vem a Presidência do atual executivo da Câmara Municipal de Mirandela dar conta de aspetos relevantes do trabalho desenvolvido, conforme consta no documento em anexo*».

Era, assim, expectável e razoável que esse documento contivesse o balanço das atividades desenvolvidas e efetivamente executadas no primeiro ano do presente Mandato, ou seja, de 23 de outubro de 2017 a 23 de outubro de 2018. Puro engano!

O documento mistura propositadamente atividades de continuidade, dando a ideia de que foram pensadas no presente Mandato, com atividades efetivamente executadas e com ideias, projetos e iniciativas que não passam, para já, de meras intenções ou promessas, mas que enganam os incautos ou quem não tenha um efetivo conhecimento do trabalho desenvolvido. É, assim, uma análise desfasada da realidade e enganadora que está marcada por tudo menos pela transparência e pela verdade.

A Senhora Presidente começa por traçar um quadro negro dos mandatos anteriores quando refere que os problemas estruturais e funcionais marcavam presença em todas as áreas da vida do Município e que o desafio atual passava por responder à grandeza de um Concelho histórico que pretendia recuperar a centralidade e a afirmação regional e nacional. Isso é injusto para quem tanto trabalhou e tanto realizou em prol dos interesses de Mirandela.

Assumimos que cometemos erros e que nem sempre tomamos as decisões e as opções certas, mas apresentamos resultados, fomos inovadores e criativos, recuperamos a dívida que existia, realizamos eventos marcantes e promovemos Mirandela, os seus produtos endógenos, a sua gastronomia e a sua imagem como referência regional e nacional.

Não duvidamos nem colocamos em causa o compromisso de trabalho e dedicação ao concelho do atual Executivo e o seu respeito pelos valores de justiça e imparcialidade, seriedade e honra, solidariedade e fraternidade, mas já temos algumas dúvidas no que concerne ao rigor e à transparência no funcionamento da Câmara.

Também não questionamos a informação de se ter conseguido uma redução significativa da dívida Municipal de cerca de dois milhões e meio de euros até junho de 2018, mas também já afirmamos que essa redução de dívida caiu para metade em 31 de outubro de 2018, que na nossa opinião, deveria ter sido o período utilizado nesta avaliação da gestão financeira, e há que esperar pelo fim do ano. Foi dito na Reunião anterior que no período de 30 de setembro a 31 de outubro, as dívidas a fornecedores aumentaram cerca de 540 mil euros. O relatório não o refere, mas deve ter-se também em mente que o prazo médio de pagamento a fornecedores tem-se mantido constante, havendo ainda muito a melhorar a esse nível.

Quanto à redução da taxa de IMI, que aplaudimos, entendemos que ela podia estar já no patamar mínimo na medida em que, apesar da redução, o Município de Mirandela tem aumentado as receitas a título de IMI e IMT, o que se deverá não ao aumento da dinâmica do mercado imobiliário, mas sobretudo ao fim da isenção de que beneficiaram os proprietários de imóveis nos primeiros anos. Significa que ficam a ganhar os contribuintes com maior poder económico, que são os que têm capacidade financeira para adquirir casa, mas não fica a perder o Município de Mirandela.

É dito também que urge recuperar a nossa centralidade regional, atraindo projetos e investimentos, quando ela nunca foi perdida, e que a atração de investimentos e empresas esbarrou com a falta de terrenos disponíveis e com capacidade legal para as acolher, quando o anterior Executivo tinha já delineado um projeto de expansão da Zona Industrial no valor de 3.131.846,96 euros, com o apoio de fundos comunitários no valor de 2.662.069,88 euros, com uma área de expansão de 131.602 m², o que o atual Executivo chegou a colocar em causa.

O documento refere também alguns projetos que ainda nem começaram, como o Regadio Tradicional de Contins, e outros que estão numa fase ainda embrionária da sua execução, como a retirada do lixo do Cachão.

Por outro lado, referencia eventos e atividades de continuidade, mas com um formato e uma linguagem a dar a ideia de que são inovações no presente Mandato, embora admitamos perfeitamente que tenham sido melhorados, tais como a criação do programa de atividade física para os seniores ou o programa de hidroginástica que sempre existiram.

A Unidade Móvel de Saúde é apontada como uma expectativa, mas não é ainda uma realidade e, como tal, nem devia estar incluído num documento que realiza o balanço de um ano de mandato.

No que à educação diz respeito, o primeiro ano ficou sobretudo marcado pelas obras de requalificação em três estabelecimentos escolares (Fomento, Convento e Luciano Cordeiro) e o início de obras na Escola Secundária, tudo projetos herdados do Mandato anterior a que o documento não faz inteira justiça.

Em relação à melhoria na alimentação escolar, julgamos ser ainda prematuro efetuar uma avaliação definitiva, até porque já ouvimos algumas queixas de pais e encarregados de educação a esse nível. Sabemos também que neste momento as crianças do Edifício novo da Luciano Cordeiro nem sequer têm aquecimento. Também não conseguimos entender porque razão foram alargados os horários dos apoios extracurriculares, embora relativamente a esta matéria o atual Executivo tenha uma visão diferente, mas não nos parece que tenham sido alargados os horários de apoio extracurricular.

O documento fala também, de forma tímida, no PIICIE (Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar) cujo início de execução tarda na medida que não há forma de concluir os procedimentos concursais de um Psicólogo e de dois Educadores Sociais.

O documento fala também numa Equipa de Serviços Educativos que dá apoio ao Museu e à Biblioteca. Quem o compõe atualmente?

Não conseguimos também entender como é possível afirmar perentoriamente nesta fase que foram melhorados os transportes escolares e alargados os horários do apoio extracurricular que mais não são do que as atividades de apoio e animação à família.

Desconhecemos também as iniciativas do Eixo Atlântico no contexto escolar e nas restantes áreas de intervenção. Não nos recordamos de qualquer iniciativa desenvolvida em Mirandela pelo Eixo Atlântico ou qualquer outra onde o Município de Mirandela tenha participado.

Não duvidamos também que tenha sido dado todo o apoio à participação no processo do Orçamento Participativo Jovem Portugal 2018, mas também não é menos verdade que o Orçamento Participativo não foi realizado em 2018 e que continuam por executar três dos projetos vencedores dos Orçamentos Participativos de 2016 e 2017.

No que reporta à Ação Social das duas, uma: ou nós andamos muito distraídos ou a tão propalada transparência é pura retórica. Não nos recordamos de ter ouvido falar ou de constar das *newsletters* iniciativas referenciadas no documento, tais como do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes ou do Plano Municipal de Integração das Migrações. Qual é a diferença entre eles?

Quanto à elaboração do Regulamento para as Habitações Sociais da Câmara Municipal de Mirandela, que se saiba, a única deliberação tomada foi a de dar início ao procedimento nos termos exigidos pelo CPA e nada mais. Ainda não veio a Reunião de

Câmara a Proposta definitiva de Aprovação do Regulamento para as habitações sociais e é verdade que já consta como fazendo parte do trabalho desenvolvido, no primeiro ano de Mandato.

Que se saiba ainda não terão começado as obras de manutenção em curso do parque habitacional da Câmara Municipal de Mirandela, quanto mais executadas.

Também nunca tínhamos ouvido qualquer tipo de referência ao levantamento de pessoas Sem-Abrigo, o que deve ter sido uma tarefa hercúlea face à quantidade de sem-abrigos existentes em Mirandela Cidade e no concelho!

No que ao desporto diz respeito, salientamos, desde logo, a não realização da Gala Municipal do Desporto e estranhamos constar da avaliação do primeiro ano de mandato eventos não realizados, embora acreditemos que possam vir a ser organizados, como a Meia Maratona da Alheira ou a Corrida de S. Silvestre, ou eventos realizados pela Junta de Freguesia de Mirandela, embora com o apoio da Câmara Municipal de Mirandela, como o 1º Torneio de Futebol de Rua ou a Corrida de Carrinhos de Rolamentos. Da forma como são apresentados, dá a ideia de que foram iniciativas do Município de Mirandela, o que não é verdade e deveria ter sido aclarado em nome do princípio da transparência.

Em relação à São Silvestre que vai ter lugar no dia 22 de dezembro de 2018, em Mirandela, temos conhecimento de que tal será uma iniciativa de um movimento informal chamado «Mirandela a Correr», liderado por *Helder Silva*, e que terá o apoio do Município e da Junta de Freguesia de Mirandela. Não entendemos como é possível apoiar financeiramente um grupo informal que não é uma associação legalmente constituída e com NIF válido a não ser através de apoio material, logístico, técnico e humano.

Gostaríamos também de saber se esse evento vai ter o envolvimento e o apoio do CAMIR que era a coletividade desportiva que tinha o atletismo como uma das modalidades de eleição.

Temos sérias dúvidas relativamente e à ideia expandida de que a Câmara Municipal de Mirandela tenha tratado todos os colaboradores com idêntica equidade, transparência e justiça e que atualmente todos se sintam realizados humana e profissionalmente. Sem falar em nomes, o atual Executivo está a desperdiçar recursos humanos de inegável qualidade e brio profissional apenas porque estariam mais ligados ao Executivo anterior quando a obrigação de todos é a de trabalhar com qualidade e a de servir bem, independentemente do partido político que lidere o Município.

Também não é verdade, como o demonstramos, que a atual estrutura política e orgânica seja menos onerosa. Houve, por outro lado, uma maior externalização de serviços com a contratação de um Arquiteto, de um Advogado e de um Jornalista para a área da comunicação.

Nesta área sabemos que a Coordenadora da Proteção é garantia de um bom trabalho, mas não nos parece correto falar em reativação do Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal cuja atividade desconhecemos de todo e reputamos como positivo o apoio à criação de uma Zona de Intervenção Florestal nas freguesias de Lamas de Orelhão, Passos e Suções, mas também desconhecemos se isso é já uma realidade ou uma mera intenção a curto ou médio prazo.

Este documento, sem ser um relatório exaustivo, não evidencia, ao contrário do que garante o atual Executivo, os eixos estratégicos que estão a ser seguidos rumo a uma terra com desenvolvimento sustentado e com qualidade de vida.

Na Próxima Reunião comprometemo-nos a expressar a nossa avaliação relativamente ao primeiro ano de mandato do atual Executivo.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Este foi um documento preparado com uma visão muito objetiva das situações, tentando-se em poucas páginas resumir aquilo que foi feito, sem lhe tirar o rigor necessário. É óbvio que muito do que foi feito não está vertido para não se tornar um documento difícil de ler, porque às vezes os relatórios enviados são muito demorados, tendo uma escrita muito técnica, perdendo a objetividade e simplicidade de leitura.

A opinião de todos é que ninguém tem como objetivo denegrir de alguma forma o que aconteceu no passado, mas já que o Senhor Vereador *Rui Magalhães* referiu as heranças que tivemos e os projetos que herdamos, pode-se dizer não podemos herdar só o positivo, também herdamos as coisas negativas. É mais que justo fazer-se essa avaliação, sendo que cada um de nós tem a sua perceção em relação àquilo que fazemos e ao que foi feito no passado.

Rigor, transparência, justiça e imparcialidade, julgo que existe no nosso relatório, pois o objetivo é esclarecer, dar números e dar conhecimento dos projetos.

Relativamente ao prazo médio de pagamento, tenho dito sempre que o prazo médio de pagamento é um dos nossos objetivos, só diminuímos 16 dias neste último trimestre, portanto, não é um resultado excelente, mas conseguiu-se diminuir. O Senhor Vereador disse que o prazo médio era um prazo constante, mas não é. Houve uma diminuição de 26 dias desde o ano passado...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não é das reduções mais significativas, até em anos anteriores.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: É um mês.

Relativamente ao aumento da dívida, tivemos a ocasião de dizer que a dívida estava relacionada com os pagamentos que eram feitos a empreiteiros, nesta fase. Neste momento, temos muito dinheiro a aguardar pagamento pela Comissão de Coordenação da Região Norte – CCDR-N, por isso, espero que até ao final do mês possa estar tudo pago, deles para nós, para que possamos também efetuar os pagamentos.

Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI, dizer-se que já poderíamos estar no patamar mínimo é um pouco incongruente relativamente à atuação. Podia dizê-lo se não tivesse sido Vice-Presidente no anterior Executivo, porque se nós temos isentado, tal como foi o compromisso que assumimos com os Mirandelenses em 2017, estamos a fazê-lo faseadamente. Todos nós preferimos uma diminuição faseada, mas sustentada, do que colocar em causa as nossas contas públicas, por isso, no sentido de responsabilidade, transparência e de justiça optamos por diminuir, como temos diminuído o IMI e o IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Não entendo as críticas que foram levantadas, acho até, quase insultuosas para os Mirandelenses, vir aqui referir-se ao IMI e que já poderíamos estar no patamar mínimo. Poderíamos estar no patamar mínimo no primeiro ano, podíamos até no anterior Executivo estar no patamar mínimo, mas não estávamos e nós que temos que viver com a realidade e não com a ficção.

Vamos assumir este compromisso, foi agora mais uma diminuição e até ao final do Mandato, estaremos no patamar mínimo. Penso que os Mirandenses querem responsabilidade, justiça e a sustentabilidade das contas públicas e não assumir-se as coisas por questões eleitorais, como muitas vezes acontecia no passado...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Se existissem intenções eleitorais, tínhamos diminuído.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Devido a isso, muitas vezes em anos eleitorais, aconteceram grandes desastres financeiros.

Em relação à Centralidade, queremos recuperá-la, mas isso é uma questão da visão que temos para o Distrito e para a Região.

Relativamente à expansão da Zona Industrial, o projeto está realizado, mas foi alterado, de facto, por causa do declive do terreno. Nunca chegamos a colocar o projeto em causa, pois temos consciência da necessidade dos lotes para construção. Ainda vai demorar, dado que os concursos e as adjudicações demoram algum tempo, mas o certo é que precisamos destes lotes para a Zona Industrial.

Quanto aos regadios, foi assinado este ano o contrato com a adjudicação do Regadio de Contins, por isso, relativamente a esta situação está tudo em ordem.

Referiu que a retirada do lixo do Cachão está na fase embrionária, está enganado, pois como referi no início da Reunião, não estamos na fase embrionária, estando já numa fase bastante desenvolvida. Assim, esperamos que até ao final do ano todo o lixo seja retirado.

Em relação às atividades físicas que têm sido desenvolvidas - Atividade Física Sénior e Hidroginástica, o Senhor Vereador *Rui Magalhães* disse que no anterior Executivo já eram realizadas, é verdade, mas eram realizadas de forma muito selecionada e apenas para algumas Freguesias.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Quem falou nisto não fui eu, até porque eu não falaria nisto desta forma, mas já que referiu esta situação, dizer-lhe que aquilo que está a acontecer é um alargamento dos horários, a todas as Freguesias, para permitir esta atividade física.

A Unidade Móvel já é uma realidade e está a ser caracterizada para em 2019, se iniciar.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mas ainda não existe.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Existe, mas ainda não chegou. Está a ser caracterizada e vamos iniciar em 2019. Teremos todo o gosto em convidá-los para a inauguração da Unidade Móvel, quando esta ocorrer. Esta Unidade vai trazer-nos mais-valias no acesso aos cuidados de saúde nas nossas aldeias.

A Educação foi um dos projetos que o Senhor Vereador *Rui Magalhães* referiu como herança do anterior Executivo, é verdade, não podíamos herdar só coisas más. Existia esse projeto e temos conseguido implementá-lo, tal como as obras na Nossa Senhora do Amparo e outras também. Algumas das quais já alterámos e que pensamos ser mais justas, como por exemplo, na eficiência energética em que havia o pensamento de fazer um investimento nas instalações e nós alteramos para iluminação pública, sendo uma questão de gestão e uma questão de decisão de política.

Relativamente à melhoria do transporte e da alimentação, isto está relacionado e é muito subjetivo. Fez-se um trabalho, juntamente com o Agrupamento, para que o ajustamento do transporte rodoviário das nossas crianças fosse assegurado. Em relação à alimentação, eu não como nas cantinas escolares, por isso, não sei exatamente o ponto de situação. Contudo, ainda esta semana estive numa cantina escolar, falei com as cozinheiras e disseram-me que as matérias-primas eram de maior qualidade, mais frescas, tendo maior capacidade de confeccionar melhores refeições. Claro que não posso generalizar, mas isto foi o que me disseram, sendo que estou a transmitir exatamente isso.

Isto foi em relação a uma das cantinas, quanto às outras não poderei dizer nada, mas podemos enviar essa informação ou até realizar inquéritos de satisfação.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Acho que era boa ideia.

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES* disse: Temos essa informação, podemos fornecê-la, se me permitirem. Bom dia a todos.

Temos informações concretas oficiais, tanto da nossa observação e acompanhamento do local. Ainda hoje estive na Escola do Convento e a Coordenadora da Escola, a Professora *Graça*, confirma claramente que as refeições estão a ser servidas com qualidade e em quantidade.

Estive ontem na Residência de Estudantes com o Professor *Fernando Cepeda* que também confirma a qualidade e quantidade das refeições que são servidas, sendo que o mesmo acontece na Escola do Piaget.

Confirmando que há melhorias a fazer na Escola Luciano Cordeiro, mas trata-se de uma empresa que é adjudicada pela DGEstE. A esta cantina recorrem crianças do primeiro ciclo e aqui sim, há a necessidade de fazer alguns ajustamentos.

Estive na semana passada, por esse motivo, a acompanhar o fornecimento de refeições no Jardim-de-infância dos Avidagos e na Escola de Pereira, sendo-me reportado pelas Senhoras Educadoras e pelas Professoras do primeiro ciclo que a qualidade e quantidade da comida são boas e que a mesma é servida com a temperatura adequada.

Para além disto, há um relatório técnico realizado pela Dr.ª *Liliana Pinto*, ao nível da salubridade, em que estão a ser acautelados todos os aspetos técnicos de salubridade.

Por coincidência, numa das novas escolas, estamos a fazer algumas adaptações ao nível das toneiras nas cozinhas, porque as anteriores não eram adequadas. Eram ainda torneiras de abrir e fechar com a mão, sendo que têm que ser toneiras de abrir com o cotovelo. Fomos a tempo para conseguir atualizar a escola do Fomento, que está ainda em construção.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Ia fazer uma referência e esqueci-me, mas aproveito a intervenção do Senhor Vereador *Orlando Pires*.

Nós queremos que a alimentação seja boa e quando dizemos que há algumas queixas não significa que, em geral, não seja boa. O que eu quero dizer é que as avaliações são muito subjetivas e partilho convosco uma conversa que tive com uma pessoa, em que eu perguntei por curiosidade, pois sei que têm filhos na Escola Luciano Cordeiro, se estavam satisfeitos com o equipamento. Isto é como tudo na vida, respondeu-me que o equipamento é novo, mas as pessoas nunca estão totalmente satisfeitas, porque referiu que a sala é mais pequena do que a anterior, que não têm um espaço para colocar os livros, entre outras. Percebem? As avaliações são muito subjetivas, dependem de cada pessoa.

Uma referência que também ouvi, eu não sei, pois não avalio essas situações, foi que na Escola Luciano Cordeiro o aquecimento, neste momento, ainda não está a funcionar e que houve, inclusive, um pai que se disponibilizou e levou um equipamento. Não me parece uma situação razoável.

----- A Senhora Vereadora *DEOLINDA RICARDO* disse: Primeiro ciclo ou segundo?

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Primeiro ciclo. Não sei se é verdade ou não, mas são coisas que vamos ouvindo, eu não conheço a realidade.

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES* disse: Em relação à Escola Luciano Cordeiro e ao refeitório, temos reportado as situações ao Agrupamento que por sua vez reporta à DGEstE, para que certas situações não se repitam, essencialmente, servirem peixe com espinha, sendo que no Caderno de Encargos, para crianças de primeiro ciclo, têm que servir peixe em filete.

Relativamente ao aquecimento da Escola Luciano Cordeiro e da Escola do Convento, não estão ainda instalados os contadores definitivos. A Câmara Municipal, em Maio, solicitou à EDP Comercial a instalação dos contadores definitivos para setembro. Entretanto, entre a EDP Comercial e a EDP Distribuição houve algumas questões técnicas e ainda não conseguiram dar resposta, por isso, o contador atual não permite que o AVAC arranque.

Foram colocados 14 aquecedores provisórios nas duas escolas, sete em cada uma...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Aquecedores a óleo?

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES* disse: Sim, aquecedores a óleo provisórios. Foi colocado um aquecedor em cada uma das salas, de cada uma das escolas, enquanto a EDP Distribuição não faz a instalação. A Câmara Municipal é totalmente alheia a essa questão.

Os nossos Técnicos têm sido incansáveis para tentar resolver o problema, mas de facto a responsabilidade, neste caso, está e temos que a imputar à EDP, sem qualquer dúvida.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Em relação à forma tímida do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - PIICIE, estamos neste momento em entrevistas e iremos concluir os Procedimentos Concurrais.

Quanto à Equipa de Serviços Educativos, são as nossas Técnicas da Biblioteca, *Júlia* e *Isabel*, que fazem parte desta equipa.

No que diz respeito ao Eixo-Atlântico na Educação temos a participação de alguns eventos, tivemos inclusivamente aqui uma Reunião do Eixo-Atlântico, sendo que temos alguns estudos, como havia no passado, relativamente a estas situações.

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES* disse: Recebemos pela primeira vez uma Reunião da Comissão Executiva do Eixo Atlântico dia 20 de junho. Tivemos também, pela primeira vez, o Seminário de Experiências de Educação, aqui em Mirandela.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sim, eventos, seminários...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Aproveitei para falar no geral, mas a referência que vocês fazem é no contexto escolar. Não duvido que tenham acontecido, mas pelo menos nós não tivemos conhecimento. A Senhora Presidente falou numa questão em que poderíamos falar durante muito tempo, que é a importância de pertencer ou não a estas estruturas.

----- A Senhora Vereadora *DEOLINDA RICARDO* disse: Eu, por exemplo, agora não recebo a *newsletter*, assim como não recebo os eventos, não sei se estarei bloqueada...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Tem que se inscrever na *newsletter*.

----- A Senhora Vereadora *DEOLINDA RICARDO* disse: Já estou inscrita, mas agora não recebo.

----- A Senhora Vice-Presidente *VERA PRETO* disse: Tem que se ver o que se passa, porque não se alteraram as listas de distribuição, foram apenas acrescentados *e-mails*.

----- A Senhora Vereadora *DEOLINDA RICARDO* disse: O meu raio de ação é muito limitado, é só se eu souber e me interessar. Eu não sei quando um livro é lançado, não sei se vai acontecer alguma exposição, porque não recebo nada disso.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Tem que se verificar esta situação, pois pode existir algum problema na distribuição da *newsletter*.

Relativamente ao Orçamento Participativo Jovem, já foi debatido aqui a questão de não termos Orçamento Participativo. Para o ano vamos recuperar o Orçamento, porque tínhamos muitos em atraso e pelo menos três projetos ainda temos que os implementar. Em vez de estarmos a fazer novos projetos e não serem executados, julgamos que é uma expectativa que se cria às pessoas e depois não são executados, por isso, não queremos que isso aconteça.

Quanto aos Planos Municipais, era importante que essa situação nos fosse referenciada por *e-mail*, até para os Órgão Municipais, de modo a se fazer essa avaliação, dando a resposta na próxima Reunião de Câmara.

Em relação ao Regulamento das Habitações Sociais, este está a ser executado, foi um trabalho realizado ao longo deste ano de trabalho. Foi iniciado o Procedimento e vai ser aprovado, aqui em Reunião de Câmara, bem como as obras no Parque Habitacional. Estão a ser executados os projetos e irão iniciar-se durante o próximo ano, aliás, quanto mais cedo for, melhor para todos nós e em primeiro lugar para os Mirandelenses.

Relativamente ao levantamento de pessoas sem-abrigo, felizmente não temos identificadas muitas situações de pessoas sem-abrigo, mas existem alguns, como a situação de um ex-recluso que saiu da prisão e não tem onde ficar. Por vezes pensamos que não temos este tipo de situações, mas infelizmente existem...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Situações de pessoas a viver na rua, onde passam as pessoas, não conheço nenhuma.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Felizmente, julgo que não temos situações dessas.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Ainda bem que não temos esse tipo de situações.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sim, existem algumas situações pontuais em que a Ação Social paga os quartos e as refeições...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Sim, são casos diferentes. Não são sem-abrigo, são pessoas que não têm uma residência, digamos assim.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A situação que referi é uma situação particular, que está a acontecer no concelho, mas que será resolvida, quanto antes.

A Gala Municipal do Desporto, realmente, no ano passo não foi realizada. Relativamente a todas as iniciativas desportivas, culturais, recreativas e religiosas, a Câmara Municipal não organiza todas as iniciativas. Não organiza hoje, como não organizou no passado, como não organizará no futuro.

A Câmara Municipal organiza muitos eventos e muitas situações, mas em outros casos, apoia associações, organizações e grupos que querem, têm esse dinamismo e essa participação cívica. Todos os Mirandelenses são muito ativos, ainda bem que o são, que sejam grupos organizados e que coloquem "Mirandela a correr". Vejo com agrado estas iniciativas, porque nos motivam a fazer mais e melhor com todos. Agora se é a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia que apoia, não vejo isso como uma situação muito importante.

O importante é que se organize este tipo de iniciativas, que as mesmas corram bem e que as pessoas participem. Assim sendo, dou os parabéns à "Mirandela a Correr", por organizar o evento "São Silvestre", pois há muito entusiasmo relativamente a este evento e apoiaremos sempre o CAMIR quando quiser realizar eventos, "Mirandela a correr", as Juntas de Freguesia, Associações de Estudantes e todas as associações e organizações que peçam o apoio da Câmara. Isto é, tudo o que vocês possam pensar que queiram fazer e promover, seja um produto de Mirandela, uma ideia, uma proposta, uma prática de exercício físico, julgo que a Câmara deve colaborar e apoiar todas estas situações.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Perfeitamente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Quanto às dúvidas que tem relativamente a que a Câmara Municipal tenha tratado todos os colaboradores com justiça e igualdade, como dizia no fim-de-semana passado o Ministro *Eduardo Cabrita*, relativamente a umas dúvidas que eu coloquei numa Reunião com o Senhor Secretário Geral, atual Primeiro-ministro, sobre o processo de descentralização, "ter dúvidas é um sinal de inteligência". Contudo, em relação a esta situação, não sei quem o Senhor Vereador *Rui Magalhães* tem ouvido ou com quem tem conversado relativamente a alguns colaboradores da Câmara Municipal...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Eu converso com muita gente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Nós não temos 100% das pessoas motivadas e 100% das pessoas satisfeitas, isso é um objetivo praticamente inatingível, contudo, estamos empenhados em melhorar.

Tem um Vereador ao seu lado que é colaborador da Autarquia e penso que não pode, de forma alguma, achar que é desperdiçado, até porque está a realizar um trabalho importante. Só quando foi para lá, apesar de estar na Câmara Municipal há tantos anos, é que se deu conta que o Património é uma peça fundamental no Orçamento e na atividade do Município. Ainda bem que assim foi, porque está num local fundamental da Câmara Municipal.

Relativamente às Avenças contratadas dizer que em boa hora foram feitas. Temos da parte dos colaboradores bons indicadores do trabalho que tem sido realizado, por isso, julgo ser uma mais-valia para a Câmara Municipal de Mirandela.

Quanto ao Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal, vamos ter uma Reunião na próxima semana e trabalharemos a área da caça, que é um dos nossos compromissos. É uma das fontes do Turismo, que há pouco falou, o Turismo Cinegético, que é uma potencialidade concelhia que tem de ser revitalizada.

O Senhor Vereador *Rui Magalhães* referiu que na próxima Reunião irá fazer uma avaliação do primeiro ano de Mandato do atual Executivo...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Assim como da Formação e do Portal.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Já sei qual vai ser a avaliação. A visão é sempre o copo “meio vazio”, não é o “copo meio cheio”. Por vezes temos que fazer uma autoavaliação da nossa atuação, daquilo que de forma voluntária fizemos e que contribuímos para o Município...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Eu faço isso, acho eu. Podem não concordar comigo, mas faço esse esforço de avaliação.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... A autoavaliação é fundamental para termos consciência...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Eu gosto de me autoavaliar, olho-me ao espelho todos os dias.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... Não estava a falar fisicamente, estava a falar de uma forma intelectual...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Sim, estava a usar uma figura de estilo, não me estava a referir à avaliação física.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Referências Positivas.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Confesso que não atualizei esta informação, provavelmente existirão outros acontecimentos mais recentes que também mereceriam igual referência, mas eu aqui penalizo-me, porque não tive tempo de atualizar esta informação.

- **“Caminhada Solidária da Associação de Pais do AEM.**

A Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Mirandela promoveu no dia 10 de novembro, uma caminhada solidária de São Martinho, com o lema: “pela escola, com os pais, para os alunos”.

- **Angariação de Géneros Alimentares.**

Dou os parabéns à angariação de alimentos que teve lugar no dia 8 de novembro. Quando assumi o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela também efetuávamos, na altura, a oferta de cabazes de Natal, que fizemos durante algum tempo. Não o posso provar porque nunca tirei qualquer fotografia em que eu estivesse a distribuir cabazes às famílias carenciadas e nos dias da distribuição fazia até questão de nem aparecer na Junta, porque não queria ser acusado de aproveitamento político à custa de um ato altruísta, humanitário e bem-intencionado. Provavelmente era eu quem estava errado, porque a minha postura não daria muitos votos.

- **Limpeza da Estação do Metro junto à Rotunda do Emigrante.**

Essa foi outra das situações sinalizadas na Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mirandela de 8 de novembro de 2018. No dia seguinte, é justo referi-lo, foram finalmente retirados os ramos que estavam no chão e mais tarde foi varrido e lavado todo o espaço. Penso que agora, pelo menos tenho lá passado todos os dias, tem existido um maior cuidado com a limpeza daquela estação, o que é de aplaudir.

- **CTM Mirandela Domina Torneio de Viseu.**

O Clube Ténis de Mesa de Mirandela foi o vencedor absoluto do torneio cidade de Viseu, ao vencer, coletivamente, seis das oito provas.

- **Semana da Diabetes.**

Teve lugar entre 13 e 18 de novembro, com inúmeras atividades sobre um problema de saúde que a todos deve preocupar.

- **VII Feira do Pão e do Azeite.**

Teve lugar nos dias 17 e 18 de novembro, mais uma feira temática organizada pela Junta de Freguesia de Suções com o apoio indispensável do Município de Mirandela, o que enaltece.

Para finalizar, quero dar nota que na próxima Reunião faremos uma abordagem à formação do Município de Mirandela, na medida em que por várias vezes foi aqui referida esta situação, mas não só aqui, porque Mirandela é um meio pequeno e tudo se sabe. Tem sido colocado em causa a formação no Município de Mirandela, nos últimos anos, sendo que eu vou provar, na próxima Reunião, que isso não é bem verdade. Hoje não tenho tempo, pois o documento é muito grande.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Tudo aquilo que foi dito relativamente à limpeza urbana, à semana dos eventos, à Feira do Pão e Azeite, à Caminha Solidária, à Campanha de Angariação de Géneros Alimentares, dizer que vamos continuar a trabalhar em prol dos Mirandelenses.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01 – Informação da Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente ao Metro Ligeiro de Mirandela, estamos em condições, atualmente, de pagar todas as dívidas a fornecedores e também os adiantamentos que a Câmara Municipal fez ao Metro Ligeiro de Mirandela, para pagamentos de salários e despesas correntes.

Deu-se a transferência para o Metro Ligeiro de Mirandela, por um Despacho realizado pelo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas de Portugal, no sentido de colmatar a dívida que havia sido produzida e que ainda não tinha sido paga. Felizmente chegou-se a este dia, em que foi realizada a transferência, sendo que agora o Metro Ligeiro de Mirandela pode pagar aquilo que deve a colaboradores, fornecedores e taxistas, ou seja, tudo aquilo que faz parte das dívidas, fazendo também o pagamento dos salários e subsídios de Natal aos colaboradores e repor o pagamento e adiantamento à Câmara Municipal.

Relativamente ao Complexo AgroIndustrial do Cachão e relativamente à Agro-Industrial do Nordeste - AIN, ainda hoje na parte da manhã estivemos em Reunião e a situação é complicada. De qualquer forma, aquilo que vos posso dizer é que, já foram retiradas mais de duas mil toneladas de lixo, vamos agora verificar se o dinheiro disponível e o Caderno de Encargos pode ser compatibilizado com as toneladas de lixo que foram armazenadas. Foi previsto um total de quatro mil toneladas, mas já se sente no ambiente e na aldeia do Cachão um ar respirável e uma paisagem mais agradável, do que aquela que tínhamos até então.

As pessoas estavam com expectativas, mas já não acreditavam que esta situação fosse possível face aos desenvolvimentos dos últimos anos, mas fruto do Apoio do Fundo Ambiental estamos a conseguir retirar, com toda a segurança, pelo menos que a empresa garante, todos os resíduos. Já foi retirado de um armazém ardido a totalidade dos resíduos, sendo que no outro armazém, está retirado mais de metade, portanto, contamos que até ao final do ano se consiga a retirada completa.

Entretanto, estamos a desenvolver um Plano Estratégico de Requalificação do Cachão, que será posteriormente apresentado, no sentido de podermos adquirir alguns investimentos e fundos comunitários, como tem sido feito em outros pontos do País, relativamente a estas Zonas Industriais abandonadas.

Existe um problema relacionado com os lotes de terreno e as diferentes instalações terem sido vendidas a empresas particulares/privadas, por isso, a solução tem que envolver os proprietários dos terrenos. A gestão tem que ser mais eficiente, pois tratando-se de transferências dos Municípios, terá que existir uma gestão mais eficiente, mais rigorosa e mais cuidada.

Estamos em crer que durante o próximo ano vamos conseguir dar passos para que se inicie a Requalificação Ambiental, que por um lado já foi solicitada à Agência Portuguesa do Ambiente - APA e por outro, que consigamos desenvolver um Plano e um Projeto Estratégico para a Reabilitação do Parque Industrial.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/02 – Aprovação da Ata de 31 de outubro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da reunião extraordinária do passado dia 31 de outubro de 2018.

01/03 – Aprovação da Ata de 08 de novembro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da reunião do passado dia 08 de novembro de 2018.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – DOMU – Serviço de Licenciamento de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 15 de novembro, pelo Senhor Vereador *Orlando Pires* que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 07/2018

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 06 de novembro de 2017 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 06 de novembro de 2017, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 31 de outubro a 15 de novembro de 2018.

Pedidos de Informação Prévia Indeferidos

11/15 – Construções Guilherme Afonso, Lda. – Pedido de informação prévia para construção de um edifício - Lugar da Gateira – Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 22/2018

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 06 de novembro de 2017 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 06 de novembro de 2017, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 31 de outubro a 15 de novembro de 2018.

Autorizações de Utilização Deferidas

67/17 – João Valbom - Sociedade de Construções, Lda. – Habitação – Rua Manuel Joaquim Ferreira nº246 e 252 – Mirandela;
80/18 – Alcides Manuel dos Santos – Habitação – Rua da Escola nº77 A – Vale de Juncal;
89/18 – Rita Helena Casimiro Bicho – Habitação – Valbom Pitez – Vale de Gouvinhas.

Autorizações de Utilização Indeferidas

88/18 – Rui Joaquim Teixeira – Habitação – Penedinho – Torre D. Chama.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 22/2018

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 06 de novembro de 2017 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 06 de novembro de 2017, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 31 de outubro a 15 de novembro de 2018.

Licenciamentos Deferidos

81/17 – João António Videira – Reconstrução de uma habitação – Rua da Capela – Múrias;
57/18 – Adérito Manuel Gomes – Instalação de estrutura de madeira – Carvalhais;
58/18 – Pedro André Cabanas – Construção de vedação e colocação de portão – Rua Direita - Fradizela.

Licenciamentos Indeferidos

38/18 – Sandra Cristina Ferro Geraldes – Reconstrução de edifício para casa de campo – Rua da Capela – Vale de Juncal.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas em Curso, atualizado em 19 de novembro, que se dá por reproduzido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03/OA – Proposta de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários no Município de Mirandela – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pela Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 19/11/2018, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Regularização Extraordinária de Vínculos Precários no Município de Mirandela – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

No âmbito da estratégia de combate à precariedade laboral, o Governo comprometeu-se a proceder ao levantamento de todos os instrumentos de contratação em vigor nos organismos e serviços da Administração Pública, central e local, previsto nos Orçamentos de Estado para os anos de 2016 e 2017,

Na prossecução do combate a essa precariedade, foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro, no intuito de dar início ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, abreviadamente designado PREVPAP,

Considerando que, nos termos do n.º 2 da aludida Resolução do Conselho de Ministros, são abrangidos pelo PREVPAP todos os casos relativos a postos de trabalho que, não abrangendo carreiras com regime especial, correspondam a necessidades permanentes dos serviços, sem o adequado vínculo jurídico, desde que se verifiquem alguns dos indícios de laboralidade previstos no artigo 12.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro,

Considerando que, no respeitante às autarquias locais, o levantamento das situações de precariedade laboral existentes é feito pela Direção-Geral das Autarquias Locais, tendo as Autarquias comunicado àquela entidade até 31 de outubro de 2017, os postos de trabalho que correspondam a necessidades permanentes dos serviços, sem o adequado vínculo jurídico, por forma, a que as mesmas possam beneficiar, de acordo com as suas especificidades, dos instrumentos criados no âmbito do PREVPAP,

Considerando que o Município de Mirandela comunicou à Direção-Geral das Autarquias, o levantamento das situações existentes de precariedade laboral à luz dos critérios definidos pela referida Resolução do Conselho de Ministros,

Considerando que os termos e condições de acesso ao PREVPAP vieram a ser definidos pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, diploma cujo âmbito de aplicação abrange a Administração Local,

Considerando que o legislador definiu no artigo 3.º da citada Lei os pressupostos legais de que depende a integração dos trabalhadores no programa de regularização extraordinária de vínculos legais, abrangendo as pessoas que exerçam ou tenham exercido as funções em causa:

- No período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ou parte dele, e durante pelo menos um ano à data do início do procedimento de regularização;
- Nos casos de exercício de funções no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ao abrigo de contratos emprego-inserção, contratos emprego-inserção+, as que tenham exercido as mesmas funções nas condições referidas no proémio, durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização;
- No caso de exercício de funções ao abrigo de contratos de estágio celebrados com a exclusiva finalidade de suprir a carência de recursos humanos essenciais para a satisfação de necessidades permanentes, durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização.

Considerando que é da competência do respetivo órgão executivo o reconhecimento das situações que correspondem a necessidades permanentes e cujo vínculo jurídico é inadequado, *ex vi* do disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro,

Considerando que serão incluídos no mapa de pessoal, os postos de trabalhos indispensáveis para a satisfação de necessidades permanentes, sem o adequado vínculo jurídico, na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal,

Nestes termos, e tendo em vista dar início aos procedimentos concursais de regularização extraordinária de vínculos precários existentes no Município de Mirandela, impõe-se que previamente a Câmara Municipal reconheça as seguintes situações de exercício de funções que correspondem a necessidades permanentes, cujo vínculo é inadequado:

CATEGORIA	POSTOS DE TRABALHO	INTERESSADOS	CRITÉRIO DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	VÍNCULO JURÍDICO EXISTENTE	FUNÇÕES	ESTRUTURA ORGÂNICA
Técnico Superior	2	César Filipe Estrela dos Santos; Mauro Alexandre Veríssimo Catarino.	Alínea <i>a</i>) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Avença	Professor / Nadador-Salvador	Divisão de Educação, Ação Social, Desporto e Juventude – Serviço de Desporto e Juventude
Técnico Superior	2	João Manuel Gomes Pinheiro Balsa Sequeira; Saudade do Rosário Seramota e Lopes	Alínea <i>a</i>) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Avença	Jurista	Gabinete Jurídico
Técnico Superior	1	Todos os trabalhadores que desempenharam funções durante o período previsto na alínea <i>b</i>) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Alínea <i>b</i>) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Contrato Emprego-Inserção e/ou Contrato Emprego-Inserção+	Ação Social	Divisão de Educação, Ação Social, Desporto e Juventude – Serviço de Ação Social
Assistente Operacional	1	Todos os trabalhadores que desempenharam funções durante o período previsto na alínea <i>b</i>) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Alínea <i>b</i>) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Contrato Emprego-Inserção ou Contrato Emprego-Inserção+	Piscina - Manutenção	Divisão de Educação, Ação Social, Desporto e Juventude – Serviço de Desporto e Juventude
Assistente Operacional	1	Todos os trabalhadores que desempenharam funções durante o período previsto na alínea <i>b</i>) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Alínea <i>b</i>) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Contrato Emprego-Inserção ou Contrato Emprego-Inserção+	Loja Ponto Já	Divisão de Educação, Ação Social, Desporto e Juventude – Serviço de Desporto e Juventude -
Assistente Operacional	1	Todos os trabalhadores que desempenharam funções durante o período previsto na alínea <i>b</i>) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Alínea <i>b</i>) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Contrato Emprego-Inserção ou Contrato Emprego-Inserção+	Logística	Divisão de Desenvolvimento Cultural, Turístico e Saúde – Serviço de Eventos

Assistente Operacional	4	Todos os trabalhadores que desempenharam funções durante o período previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Contrato Emprego-Inserção ou Contrato Emprego-Inserção+	Limpeza Urbana	Divisão de Ambiente e Serviços Operação – Serviço de Ambiente
Assistente Operacional	3	Todos os trabalhadores que desempenharam funções durante o período previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Contrato Emprego-Inserção ou Contrato Emprego-Inserção+	Espaços Verdes	Divisão de Ambiente e Serviços Operação – Serviço de Ambiente
Assistente Operacional	2	Todos os trabalhadores que desempenharam funções durante o período previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Contrato Emprego-Inserção ou Contrato Emprego-Inserção+	Cemitérios	Divisão de Ambiente e Serviços Operação – Serviço de Ambiente
Assistente Operacional	4	Todos os trabalhadores que desempenharam funções durante o período previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Contrato Emprego-Inserção ou Contrato Emprego-Inserção+	Águas e Saneamento	Divisão de Ambiente e Serviços Operação – Serviço de Água e Saneamento
Assistente Operacional	6	Todos os trabalhadores que desempenharam funções durante o período previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Contrato Emprego-Inserção ou Contrato Emprego-Inserção+	Oficinas e Estradas	Divisão de Ambiente e Serviços Operação – Serviço de Manutenção e Edifícios
Assistente Operacional	1	Todos os trabalhadores que desempenharam funções durante o período previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 3 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro	Contrato Emprego-Inserção ou Contrato Emprego-Inserção+	Gabinete de Apoio ao Município	Divisão de Administração Geral – Subunidade Orgânica de Gabinete de Apoio ao Município

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere:

Reconhecer, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, verificados que estão os respetivos requisitos, que as situações de exercício das funções descritas no quadro supra, que totalizam 28 postos de trabalho, correspondem a necessidades permanentes para a prossecução das atribuições do Município de Mirandela e que o respetivo vínculo jurídico é inadequado.”

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Congratulo-me com esta Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, não só no Município de Mirandela, mas também na Administração Central e em todos os outros Municípios.

Isto resultou de uma Lei, justamente aprovada pelo Governo. Penso que na Administração Central, se iniciou dia 1 de janeiro de 2018, e tanto quanto sei, haveria um prazo até ao fim do ano para dar início a esta Regularização nas Autarquias Locais. Esse prazo foi cumprido, embora perto do fim do ano.

Resta-me desejar boa sorte ao Município, porque estes processos são muito complexos e neste caso, são 28 pessoas que vão entrar para os Quadros da Câmara.

Fico também satisfeito por ver, entre as 28 pessoas, os dois Juristas e os dois Nadadores Salvadores e não é por conhecer as pessoas, mas sim por uma questão de justiça. Em relação ao resto das pessoas, será um pouco mais complicado, pois será uma panóplia de gente que irá concorrer, penso eu. O Procedimento Concursal não será nada fácil...

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Serão só as pessoas que estão no programa.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Sim, eu sei, entre 1 de janeiro e 31 de maio de 2017. Não sei se têm alguma ideia do número de pessoas que potencialmente podem concorrer, mas serão muitos, certamente.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Segundo o programa, são 200.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Tenho a certeza que irá ocupar, pelo menos, o primeiro semestre do próximo ano, mas volto a dizer, acho que é por uma boa causa e concordo inteiramente que os vínculos precários, se corresponderem a necessidades permanentes, como não duvido que seja o caso, acho que é positivo e é de enaltecer.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Quero fazer referência à importância desta Regularização Extraordinária de Vínculos Precários no Município de Mirandela. Relativamente à categoria “Postos de Trabalho” e “Interessados”, na coluna dos “Interessados” temos o nome das pessoas, porque são as únicas que poderiam estar em condições de concorrer. Em todas as outras, existe mais do que uma pessoa que pode concorrer, para os postos de trabalho que são solicitados.

As necessidades e os Recursos Humanos da Câmara Municipal especialmente, como temos referido aqui, a nível da categoria dos assistentes operacionais são muito grandes, sendo que iremos fazer um esforço para que com esta Regularização possamos ter junto de nós bons trabalhadores e empenhados. Com toda a certeza, a Câmara Municipal e nós, enquanto Executivo, gostaríamos de contratar muitas mais pessoas, porque fazem realmente falta. Os Concursos vão ser feitos com toda a transparência e toda a justiça, relativamente a todos aqueles que estão em condições de se candidatar.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, verificados que estão os respetivos requisitos, que as situações de exercício das funções descritas no quadro supra, que totalizam 28 postos de trabalho, correspondem a necessidades permanentes para a prossecução das atribuições do Município de Mirandela e que o respetivo vínculo jurídico é inadequado, aprovando a Proposta de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários no Município de Mirandela – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, conforme proposto.

04/OA – Proposta de Nomeação Comissão de Vistorias para Determinação do Nível de Conservação dos Imóveis.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pela Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 19/11/2018, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Nomeação Comissão de Vistorias para determinação do nível de conservação dos imóveis.

Considerando que:

- O Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado;

- A determinação do nível de conservação de um prédio urbano ou de uma fração autónoma é ordenada pela câmara municipal, oficiosamente ou a requerimento do proprietário, usufrutuário ou superficiário, do senhorio ou do arrendatário, e outras pessoas previstas na lei;

- A realização da vistoria para aferir o nível de conservação tem que ser realizada por arquiteto, engenheiro ou engenheiro técnico inscrito na respetiva ordem profissional, e estes profissionais são designados pela câmara municipal.

Nessa conformidade, determino ao abrigo das competências em matéria de superintendência na gestão e direção do pessoal ao serviço do Município conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, que a Comissão de Vistorias para determinação do nível de conservação dos imóveis ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, seja constituída por:

NOME	CATEGORIA	LICENCIATURA	MEMBRO
Adelaide Maria Morando Carpinteiro	Técnico Superior	Arquitetura	Efetivo
José Manuel Mendes Necho	Técnico Superior	Engenharia civil	Efetivo
Cristiano Alexandre Fevereiro Ricardo	Técnico Superior	Engenharia civil	Efetivo
Celene Adelaide Monteiro Marta	Técnico Superior	Arquitetura	Suplente
Henrique José Pereira	Técnico Superior	Arquitetura	Suplente
Rui Manuel Fernandes	Técnico Superior	Engenharia civil	Suplente

A Coordenadora da presente Comissão de Vistorias é a Técnica Superior Adelaide Maria Morando Carpinteiro.

Os membros desta Comissão, no desempenho das suas funções, podem solicitar junto dos Serviços Municipais, a colaboração, documentos e informações necessárias à prossecução da sua missão.

Nos termos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação a deliberação da presente proposta deve ser publicitada através da afixação de editais, nos lugares de estilo, e concomitantemente, dever-se-á proceder à divulgação do mesmo junto de todos os serviços, utilizando para o efeito os meios considerados mais adequados e eficazes.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Nomeação Comissão de Vitorias para Determinação do Nível de Conservação dos Imóveis, conforme proposto.

05/OA – Proposta de Nomeação dos membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização no âmbito do RJACSR, Licenciamento Zero, SIR e Alojamento Local.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pela Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 19/11/2018, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Nomeação dos membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização no âmbito do RJACSR, Licenciamento Zero, SIR e Alojamento Local.

Considerando que:

- No âmbito do programa Simplex, a iniciativa denominada “ Licenciamento Zero” veio desmaterializar procedimentos administrativos e modernizar a forma de relacionamento da Administração Pública com os cidadãos e as empresas, simplificando o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, /serviços e restauração, vertidos no Decreto-lei n.º 48/2011, de 1 de abril e no Decreto-lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro (RJACSR), ambos na sua atual redação;

- Segundo este regime simplificado de acesso e instalação de certas atividades económicas, aumenta-se a responsabilização dos agentes económicos, reforçando-se a sua fiscalização e agravando-se o respetivo regime sancionatório, passando a existir um maior controlo sucessivo em detrimento do controlo preventivo daquelas;

- Conceber e desenvolver uma atividade económica determina a observação de princípios e normas legais,

pelo que, nos termos do disposto no artigo 146.º do RJACSR, sem prejuízo das competências de fiscalização atribuídas por lei a outras autoridades administrativas e policiais, bem como à ASAE, cabe às câmaras municipais fiscalizar e instruir os processos de contraordenação instaurados no âmbito do referido Diploma, quando estas sejam autoridades competentes para o controlo da atividade em causa;

- Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Regime Jurídico da Exploração dos Estabelecimentos de Alojamento Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, na sua atual redação, a Câmara Municipal territorialmente competente realiza, no prazo de 30 dias após a apresentação da mera comunicação prévia, uma vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 6.º, sem prejuízo dos demais poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem;

- No âmbito do Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, ao abrigo do disposto na sua alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º, a fiscalização do cumprimento do disposto no SIR incumbe à câmara municipal territorialmente competente nos estabelecimentos relativamente aos quais esta última é a entidade coordenadora;

- Por todo o exposto, é fundamental proceder à verificação do cumprimento das regras e disposições legais inerentes e zelar pela sua observância;

- Neste sentido, é de grande importância a constituição, a título permanente, de uma comissão para acompanhamento e fiscalização sucessiva do acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração no âmbito do Licenciamento Zero, bem como da verificação do cumprimento dos requisitos dos Estabelecimentos de Alojamento Local, bem como no setor do Sistema da Indústria Responsável, no âmbito das competências conferidas às Câmaras Municipais,

Assim, determino, ao abrigo das competências em matéria de superintendência na gestão e direção do pessoal ao serviço do Município conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, a constituição da **Comissão de Acompanhamento e Fiscalização no âmbito do RJACSR, Licenciamento Zero, SIR e do Alojamento Local**, composta pelos seguintes membros:

NOME	CATEGORIA	ÁREA DE FORMAÇÃO	MEMBRO
Luís de Fátima Teixeira Beleza	Técnico Superior	Engenharia Civil	Efetivo
Celene Adelaide Monteiro Marta e Manuel Bruno Mesquita, em rotatividade	Técnico Superior	Arquitetura	Efetivo
Fiscal Municipal de Zona	Fiscal Municipal	Fiscalização	Efetivo
Adelaide Maria Morando Carpinteiro	Técnico Superior	Arquitetura	Suplente

O Coordenador da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização no âmbito do Licenciamento Zero e do Regime Jurídico da Exploração dos Estabelecimentos de Alojamento Local é o Técnico Superior, Luís de Fátima Teixeira Beleza, sendo nas suas faltas e/ou impedimentos substituído pela Técnica Superior Adelaide Maria Morando Carpinteiro.

Os membros desta Comissão, no desempenho das suas funções, podem solicitar, junto dos Serviços Municipais, colaboração, documentos e informações necessárias à prossecução da sua missão.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Nomeação dos membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização no âmbito do RJACSR, Licenciamento Zero, SIR e Alojamento Local, conforme proposto.

06/OA – Candidatura no Âmbito do Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego do Município de Mirandela – Iniciativa “Emprego Já” - Carlos Alberto dos Santos Sá.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 21286 em 19/11/2018, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Envio de Candidatura ao Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego - Iniciativa “Emprego Já”.

No âmbito da atividade desenvolvida pelo GAEE e tendo por base a gestão de candidaturas ao **Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego**, junto enviamos a seguinte candidatura instruída e avaliada tecnicamente para pronúncia da Câmara Municipal:

- *Carlos Aberto dos Santos Sá.*”

----- Vem acompanhada de Parecer da Candidatura e demais documentação que se dá por reproduzida.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 19/11/2018, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara.”

----- Processo despesa n.º 2533 de 19/11/2018.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do apoio não reembolsável a *Carlos Alberto dos Santos Sá*, previsto no n.º 1 do artigo 3º do RICE majorado pelo disposto no n.º 2, alínea c) do mesmo artigo (com idade inferior a 30 anos ou com idade igual ou superior a 55 anos), no valor global de 1.200,00€ (mil e duzentos euros), (50% após a comprovação da celebração do contrato de trabalho e os restantes 50% após o decurso de um período não inferior a 12 meses e após comprovação do estrito cumprimento das obrigações legais inerentes ao contrato de trabalho), conforme proposto.

07/OA – Candidatura no Âmbito do Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego do Município de Mirandela – Iniciativa “Emprego Já” - Génioregra, Unipessoal Lda.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 21284 em 19/11/2018, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Envio de Candidatura ao Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego - Iniciativa “Emprego Já”.

No âmbito da atividade desenvolvida pelo GAEE e tendo por base a gestão de candidaturas ao **Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego**, junto enviamos a seguinte candidatura instruída e avaliada tecnicamente para pronúncia da Câmara Municipal:

- *Génioregra, Unipessoal Lda.*”

----- Vem acompanhada de Parecer da Candidatura e demais documentação que se dá por reproduzida.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 19/11/2018, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara.”

----- Processo despesa n.º 2532 de 19/11/2018.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do apoio não reembolsável a *Génioregra, Unipessoal Lda.*, previsto no n.º 1 do artigo 3º do RICE majorado pelo disposto no n.º 2, alínea c) do mesmo artigo (com idade inferior a 30 anos ou com idade igual ou superior a 55 anos), no valor global de 1.200,00€ (mil e duzentos euros), (50% após a comprovação da celebração do contrato de trabalho e os restantes 50% após o decurso de um período não inferior a 12 meses e após comprovação do estrito cumprimento das obrigações legais inerentes ao contrato de trabalho), conforme proposto.

08/OA – Pedido de Subsídio - Freguesia de Alvites.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 20689 em 12/11/2018, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Pedido de Material

A Junta de Freguesia de Alvites vem por este meio solicitar a Vossa Excelência a atribuição de material para a realização de arruamento na Açoreira. Trata-se, como já foi reportado, de uma rua em terra batida com sulcos profundos que dificultam até o trânsito pedonal, quanto mais a circulação de veículos. Tal obra é fundamental para assegurar a segurança dos habitantes servidos por esta rua, sendo pretensão do Executivo da Freguesia de Alvites realizar esta obra por forma a estar concluída antes do Natal.

Assim, solicita-se a disponibilização de 320 metros quadrados de paralelos e saibro para a realização da obra, conforme orçamento que se junta ao presente ofício.

Respeitosamente se pede deferimento ao ora solicitado, endereçando-lhe, uma vez mais, os mais cordiais cumprimentos.”

----- Vem acompanhado de Orçamento que se dá por reproduzido.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* em 19/11/2018, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara.

Por ainda se encontrar em terra batida e por criar muita dificuldade aos moradores dessa rua, concordo com o arranjo e calcetamento dessa rua na aldeia da Açoreira.

Proponho atribuição de subsídio de 2.240€ + IVA, conforme orçamento.”

----- Processo despesa n.º 2538 de 19/11/2018.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Pedido de Subsídio à Freguesia de Alvites, no valor de 2.240,00 € (dois mil duzentos e quarenta euros) + IVA à taxa legal em vigor, conforme proposto.

09/OA – Pedido de Subsídio - Freguesia de Múrias.

----- Foi presente um ofício em 15/11/2018, com o seguinte teor:

“Cláudia Afonso, Presidente de Junta de Freguesia de Múrias, venho por este meio solicitar a vossa excelência a atribuição de um subsídio de 3000 euros, para aquisição de mobiliário e substituição do abrigo de autocarro da aldeia de Múrias e Regodeiro.

Sendo esta uma prioridade, agradeço uma resposta positiva a este pedido.

Com os melhores cumprimentos.”

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* em 19/11/2018, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara

Depois de comprovado o mau estado do abrigo de autocarros na aldeia de Múrias, proponho a atribuição de subsídio de 3.000€, para a aquisição desse mobiliário.”

----- Processo despesa n.º 2536 de 19/11/2018.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Pedido de Subsídio à Freguesia de Múrias, no valor de 3.000,00 € (três mil euros), conforme proposto.

10/OA – Pedido de Subsídio - Freguesia de Vale de Salgueiro.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 20076 em 02/11/2018, com o seguinte teor:

“Assunto: Pedido de Subsídio para a igreja Matriz de Vale de Salgueiro.

Venho por este meio solicitar a Vossa Exa um subsídio, para o pagamento da mão-de-obra da mudança do telhado da Igreja. Uma vez que a obra já está terminada há um ano e a Freguesia não tem verbas para suportar a despesa e ficou de ser atribuído um subsídio.

Mais informo que o valor em causa é de 10,000 euros.

Atenciosamente.”

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* em 19/11/2018, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara.

Tendo a obra já ter sido executada e a respetiva Junta de Freguesia não ter disponibilidade financeira para assumir estes compromissos, proponho que seja atribuído o subsídio de 10.000€.”

----- Processo despesa n.º 2537 de 19/11/2018.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Pedido de Subsídio à Freguesia de Vale de Salgueiro, no valor de 10.000,00 € (dez mil euros), conforme proposto.

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E URBANISMO

11/DOMU - Serviço de Obras e Empreitadas Municipais - “Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS 1 – Criação da Rede Ciclável e Via Pedonal - Troço da Rua da República, Av.^a das

Comunidades Europeias, Av.ª Duques de Bragança, Acesso A4, Av.ª da Galiza e Troço da Rua Rafael Bordalo Pinheiro” – Aprovação da grelha para sumidouro de águas pluviais.

----- Foi presente uma Informação subscrita pela Técnica de Divisão de Obras Municipais e Urbanismo em 15/11/2018, com o seguinte teor:

“Na obra em epígrafe, no Cap. V-Sistema Público de Drenagem de Águas Pluviais, no art.º 5.28, previa o fornecimento e aplicação de sarjetas/sumidouros com grelha metálica com capacidade de carga de 400 KN.

Em 12/04/2017, foi apresentado pelo empreiteiro o boletim de aprovação de materiais para o conjunto sumidouro/grelha com grelha de capacidade de carga C250.

A aprovação deste material ficou condicionada à apresentação de uma grelha metálica da classe D400.

Apesar desta aprovação condicionada, o empreiteiro foi alertado por diversas vezes, no decorrer da obra, para proceder à substituição das grelhas das sarjetas.

A esta data, o empreiteiro vem propor uma menos valia no valor de 748,44 €, o que representa cerca de 3,84 €/un, em substituição das grelhas da classe D400, pelas grelhas da classe D250, que já se encontram aplicadas, uma vez que o fornecedor não possui conjunto sumidouro/grelha D400 e que a Norma NP EN 124-1:2015 permite a colocação de grelhas classe C250, junto dos lancis.

Após a avaliação do exposto e da consulta de tabelas comerciais de algumas empresas da especialidade, a fiscalização verificou que a diferença de preço da Classe D250 para a classe D400, é cerca de 5,00 €/un.

Considera também que a Norma permite a colocação de estruturas com classe D250 junto aos lancis, pelo que a alteração da classe da grelha não põe em causa a funcionalidade da obra, nem a segurança dos utilizadores.

Em face do exposto, submete-se à aprovação superior a aplicação de uma menos valia de 5,00€/un, relativamente ao art.º 5.28-Fornecimento e aplicação de sarjetas/sumidouros.

Considerando que a totalidade de sarjetas aplicadas é de 195 un, o valor a considerar de menos valia será de 975,00 €.

À consideração Superior.”

----- Foi presente um Parecer subscrito pelo Chefe de Divião de Obras Municipais e Urbanismo *Paulo Magalhães* em 16/11/2018, com o seguinte teor:

“Propõem-se a aprovação da substituição das grelhas das sarjetas com capacidade de carga de C 250 em substituição das grelhas com capacidade de carga D400, com aplicação de uma menos valia de 5€/un.

À consideração superior.”

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* em 19/11/2018, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara.

Concordo com a informação, da substituição das grelhas das sarjetas com capacidade de carga de C250 em substituição das grelhas com capacidade de carga D400, deve ser aplicada uma menos valia de 5€/und.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a substituição das grelhas das sarjetas com capacidade de carga de C250 em substituição das grelhas com capacidade de carga D400, devendo ser aplicada uma menos valia de 5€/und., referente à empreitada “Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS 1 – Criação da Rede Ciclável e Via Pedonal - Troço da Rua da República, Av.ª das Comunidades Europeias, Av.ª Duques de Bragança, Acesso A4, Av.ª da Galiza e Troço da Rua Rafael Bordalo Pinheiro”, conforme proposto.

12/DOMU - Serviço de Obras e Empreitadas Municipais - “Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS 1 – Criação da Rede Ciclável e Via Pedonal - Troço da Rua da República, Av.ª das Comunidades Europeias, Av.ª Duques de Bragança, Acesso A4, Av.ª da Galiza e Troço da Rua Rafael Bordalo Pinheiro” – Justificação atraso da obra.

----- Foi presente uma Informação subscrita pela Técnica de Divisão de Obras Municipais e Urbanismo em 23/10/2018, com o seguinte teor:

“Por deliberação de 30/08/2018, foi concedido um prazo suplementar para conclusão dos trabalhos até 30/09/2018, sendo que, findo esse prazo, o adjudicatário incorre na aplicação de multas, com base no art.º 403º, do CCP.

Na sequência da comunicação dessa deliberação ao empreiteiro, vem o mesmo justificar o atraso da obra.

No entanto, o período de cálculo das multas é referente ao período de 20 de julho a 30 de setembro. A concessão do prazo suplementar até essa data tem como justificação as altas temperaturas que se faziam sentir, que desaconselhava a execução de trabalhos de sinalização horizontal e os trabalhos de aplicação de pavimento de borracha na travessia da passagem de nível do cruzamento da zona industrial.

Apesar dos argumentos apresentados, relativamente aos trabalhos de iluminação da rotunda das Comunidades Europeias, que são de facto responsabilidade dos serviços municipais, e da execução dos trabalhos a mais, que entretanto foram concluídos, refira-se

que nesta data ainda não estão totalmente concluídos os trabalhos de sinalização horizontal e vertical, cuja responsabilidade é do adjudicatário.

À consideração Superior.”

----- Foi presente um Parecer subscrito pelo Chefe de Divisão de Obras Municipais e Urbanismo *Paulo Magalhães* em 15/11/2018, com o seguinte teor:

“A esta data a obra ainda não está concluída, e com os argumentos apresentados pelo empreiteiro confirma isso mesmo.

Ainda está por aplicar:

- a **iluminação da Rotunda** das Comunidades Europeias, trabalhos que dependem ou dependeram do arranjo da rotunda, da responsabilidade do município;

- e a **sinalização horizontal** cuja responsabilidade é do empreiteiro, embora possa justificar-se o atraso devido às más condições climatéricas.

Com vista à regularização dos prazos da empreitada, cujo término foi 30 de setembro já com as concessões de prazos suplementares, propõe-se que seja concedido um prazo para conclusão da obra, elaboração do auto final, relatório final, a data de **14 de dezembro**.

A concessão deste prazo não invalida a aplicação das multas já calculadas e propostas, nem confere ao empreiteiro o direito de revisão de preços nos termos do art.º 13 do Dec. Lei 6/2004.

À consideração superior.”

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* em 19/11/2018, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara.

Concordo com a informação e parecer.

Propõem-se que seja concedido um prazo suplementar até ao dia 14 de dezembro, para conclusão da obra, auto final e relatório final.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - **Aprovar o prazo suplementar até ao dia 14 de dezembro, para conclusão da obra, auto final e relatório final, referente à empreitada “Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS 1 – Criação da Rede Ciclável e Via Pedonal - Troço da Rua da República, Av.ª das Comunidades Europeias, Av.ª Duques de Bragança, Acesso A4, Av.ª da Galiza e Troço da Rua Rafael Bordalo Pinheiro”;**
- 2 – **Aprovar a aplicação das multas já calculadas e propostas, não conferindo ao empreiteiro o direito de revisão de preços nos termos do art.º 13 do Dec. Lei 6/2004.**

DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL

13/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Resumo Diário.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 19 de novembro de 2018 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	1.960.457,20€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	1.090.645,77€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	3.051.102,97€
DOCUMENTOS-----	315.649,31€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 22/DAG de 19/11/2018 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido entre 05 e 18 de novembro de 2018, foram processadas e autorizadas Ordens de Pagamento no montante total de **777.074,80 €**:

Descrição	Valores em €
Ordens de Pagamento Orçamentais	692.108,87 €
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	84.965,93 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15/DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública: Requisições Externas de Despesa.

----- Foi presente a informação n.º 27/DAG de 16/11/2018 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido de 03 e 15 de novembro de 2018, foram processadas e autorizadas Requisições Externas no montante total de **1.253.107,65 €**:

Nome do Responsável	Valores em €
<i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira</i>	00,00
<i>Orlando Ferreira Pires</i>	00,00
<i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i>	20.435,02
<i>José Miguel Romão Cunha</i>	1.232.672,63

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pela Senhora Presidente e por mim *Elisabete Silva*, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 16 horas e 40 minutos.

A Presidente da Câmara Municipal;

Júlia Rodrigues
Júlia Rodrigues

A Chefe da DAG
(Reg. Subs.);

Elisabete Silva
Elisabete Silva